

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2008.**Presente em Brasília:** Léia, Luiz Antônio, João Paulo, Walter, Luizão, Chiquinho, Rolando, Almiram, Paulo Henrique, Cosmo, Miguel, Vera, Janine e Maria Ângela.**Reunião CIRH-CNS (18 e 19):** Rosane Barcelos.**Reunião GT-Racionalização/CNS (18 e 19):** Vânia, Cenira e Tônia.**INFORMES NACIONAIS****RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL ESTATUTÁRIA DA FASUBRA SINDICAL
BRASÍLIA-DF, 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2008****Local:****Primeiro Dia – UnB - Auditório 2 Candangos**

- Informes Nacionais
- Informe de Base
- Informes de Direção

Segundo Dia – UnB – Praça Chico Mendes

- Avaliação de Conjuntura
- Assuntos Gerais
- Encaminhamentos

Delegados credenciados: 78 delegados (as); 16 observadores.**Entidades credenciadas (24):** SINTUFEJUF, SINTUFAL, SINTET-UFU, SINDTEST-PR, SINTE-MED, SINTFUB, STU, SINT-UFG, SINTUFPI, SINDIFES-BH, SINTUFSCAR, ASAV, SISTA/MS, SINTEST-RN, ASSUFRGS, SINTUFCE, SINTUFF, SINTUF-MT, SINTUR-RJ, SINTUNIFESP, ASSUFOP-SIND., SINTESPB, SINTUFES, SINTEST-AC.**Entidades Observadoras (08):** SINTUFRJ, SINDIFES-BH, ASSUFMS, ASAV, SINTUFEPE-FED., SINTESAM, SINDS-UFSJ E ASSUFOP-SIND.**Direção Nacional: (21)** Léia, Luiz Antonio, João Paulo, Graça, Moura, Almiram, Cosmo, Janine, Maria Ângela, Rolando, Walter, Miguel, Luizão, Marcos Botelho, Fatinha, Chiquinho, Ricardo, Paulo Henrique, Vera, Juliano e Bonfim.**Ausências justificadas: (05)** Sandro, Loiva, Marco Borges, Cristina del Papa e Adamoli.**NO EMBATE CAPITAL X TRABALHO = OS TRABALHADORES (AS) NÃO PODEM PAGAR A
CONTA**

A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2008, 24 entidades com 78 delegados (as) credenciados e 06 entidades observadoras e 16 observadores. Após avaliação da conjuntura, com a contribuição de 62 intervenções, delibera por unanimidade, pela construção da mobilização da categoria, em defesa do Cumprimento dos Acordos firmados com o governo e continuidade das negociações em curso.

A categoria mantém sua posição crítica à política econômica implementada pelo governo Lula, que se encontra implicitamente ligada a concepção e modelo de Estado, base para a definição das relações de trabalho no Serviço Público. Com esta compreensão entende, que cabe aos movimentos sociais, como prioridade na ação política, do ponto de vista da disputa de projetos, a defesa dos princípios básicos que sustentem uma reforma tributária com caráter distributivo, onerando o capital em detrimento ao trabalho.

RESOLUÇÕES

I - CAMPANHA NACIONAL: PELO CUMPRIMENTO DOS ACORDOS: ACORDO FIRMADO - ACORDO CUMPRIDO

- A credibilidade da negociação passa pelo cumprimento dos acordos firmados.
- Reproduzir a Campanha Nacional nos estados, com atos unificados com as demais categorias dos SPF's.

II - PARALISAÇÃO NACIONAL DE 48 HORAS NA ÚLTIMA SEMANA DE FEVEREIRO

- Construção em março de um dia nacional de Greve Geral do funcionalismo público, pelo cumprimento dos acordos e pela abertura imediata de negociações para as categorias que ainda não possuem acordos firmados;
- Construção de ações unificadas com o conjunto do funcionalismo dentro do Congresso Nacional e nos estados, com pressão aos parlamentares e gestores, atos de rua e nos aeroportos, campanha visual com nota pública, cartazes, adesivos, etc;
- A data será informada pela DN até 19 FEV, após consulta as outras Entidades Nacionais.

III - TRANSFORMAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO EM INSTRUMENTO LEGAL - a ser encaminhado ao Congresso Nacional até o final de março/2008.

- Constará do Instrumento Legal:
 - ✓ A alteração do Anexo I - Constando às datas de início e período de vigência das Tabelas, garantindo que o início da vigência da tabela seja maio de 2008 conforme o termo de compromisso;
 - ✓ Alteração da redação do art.15 da lei 11.091/2005 que garante a não absorção do Vencimento básico Complementar - VBC;
 - ✓ Abertura de novo prazo para adesão à Carreira;
 - ✓ Aval da Bancada de Parlamentares, do Líder de Governo e do MEC para garantir que a vigência da tabela seja em maio de 2008, conforme termo de compromisso acordado.

IV - A FASUBRA DEFLAGRARÁ A GREVE, SE NÃO FOR ELABORADO O INSTRUMENTO LEGAL QUE GARANTA O CUMPRIMENTO DO ACORDO.

V - COBRAR DO MEC - CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DA CARREIRA-CNSC, COM DATAS PREVIAMENTE AGENDADAS - COM INÍCIO NO MÊS DE MARÇO PRÓXIMO.

- ✓ Denunciar o descumprimento da Lei 11.091 em função do esvaziamento da mesma - 01(hum) ano sem reuniões;
- ✓ Solicitar aos sindicatos filiados as informações sobre o funcionamento das CIS, sua inserção na formulação, implantação e acompanhamento dos programas de capacitação, de avaliação de desempenho e do dimensionamento pelos RH's das universidades;
- ✓ Encaminhamento de questionário à base, com retorno até 21 de fevereiro sobre a discussão e implantação do auxílio saúde suplementar e sobre a elaboração e implantação dos PDIC's;

VI - COBRAR DO MEC A IMEDIATA INSTALAÇÃO DO GT-TERCEIRIZAÇÃO.

VII- REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE SEGURIDADE SOCIAL E BENEFÍCIOS/MP - Dr. Sérgio Antonio Carneiro, PARA ESCLARECIMENTOS E DISCUSSÃO SOBRE A INCLUSÃO DOS EXAMES PERIÓDICOS DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS IFE COMO UM DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELOS PLANOS DE SAÚDE QUE FECHAREM CONVÊNIO OU CONTRATO COM AS IFES PARA IMPLANTAÇÃO DO AUXÍLIO SAÚDE SUPLEMENTAR;

- ✓ Implantar no site da FASUBRA um canal de perguntas e respostas sobre o Auxílio Saúde Suplementar, a ser alimentado - em caráter experimental - pelos diretores plantonistas;

VIII - SOLICITAR REUNIÃO COM O SRH/MP PARA PAUTAR A DISCUSSÃO SOBRE O PROJETO DE PL 26/2007 - proposto pelo Senador Tião Viana (PT/AC) - extinção dos cargos de auxiliares e técnicos de enfermagem, passando ao exercício da Enfermagem a ser executado apenas por profissionais com formação de nível superior;

- ✓ A FASUBRA divulgará análise do referido PL.

IX - CRIAÇÃO DE UM FÓRUM NACIONAL PARA DISCUTIR A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO;

X - MANTER A PARTICIPAÇÃO DA DIREÇÃO DA FASUBRA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI SOBRE APOSENTADORIA ESPECIAL, E GARANTIR NO PL A REGULAMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS;

XI - PAUTAR O DEBATE SOBRE A ISONOMIA SALARIAL, INICIANDO PELO EXECUTIVO, COM O CONJUNTO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL;

XII - FAZER UMA LISTAGEM DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CUT E PELAS DEMAIS CENTRAIS SINDICAIS NAS LUTAS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO E COLOCAR NO SITE DA FASUBRA.

XIII - REAFIRMAR A POSIÇÃO DA FASUBRA CONTRÁRIA AO PL 248/98 QUE DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DOS SERVIDORES POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO.

- ✓ Atuar em conjunto com a CNTSS e demais entidades do serviço público que estão construindo ações para barrar esse projeto.

XIV - REAFIRMAR AS RESOLUÇÕES DA FASUBRA CONTRÁRIAS ÀS FUNDAÇÕES DE APOIO PRIVADAS E ENCAMINHAR À FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PROPOSTA DE AUDITORIA NAS CONTAS DE TODAS AS FUNDAÇÕES PRIVADAS EXISTENTES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.

XV - FAZER UMA CAMPANHA NACIONAL CONTRA AS FUNDAÇÕES DE APOIO PRIVADAS NAS UNIVERSIDADES

XVI - DENUNCIAR A POSIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SENADOR GASTÃO VIEIRA, DE PROPOR ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO QUE AMEAÇAM A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.

XVII - A FASUBRA INCORPORARÁ A CAMPANHA DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO, LEVANTADA PELA CUT E DEMAIS CENTRAIS SINDICAIS.

XVIII - AGENDAR REUNIÕES - PERÍODO: 19 A 22 DE FEVEREIRO

- ✓ REUNIÃO COM A ANDIFES
- ✓ REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
- ✓ REUNIÃO COM O MP
- ✓ REUNIÃO COM A BANCADA QUE INTERMEDIOU O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO
- ✓ REUNIÃO COM A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
- ✓ REUNIÃO COM A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

XIX - FAZER PRESSÃO NA BASE

- ✓ SOBRE OS REITORES
- ✓ SOBRE OS PARLAMENTARES

XX - ACERCA DAS DENÚNCIAS IMPUTADAS AO REITOR THIMOTY (UNB)

- ✓ A DN, de posse das deliberações do SINTFUB, acerca desta questão, deliberará sobre o tema.

XXI - ACERCA DAS DEMANDAS DO STU, (distribuição de jornal de força política com logomarca da Federação) ENCAMINHADA COMO INFORME DE BASE NA PLENÁRIA

- ✓ A Direção pautará este tema na próxima reunião da DN.

XXII - ACERCA DAS DEMANDAS DO SINTESAM (BASE), relativo ao processo eleitoral, APRESENTADAS COMO INFORME DE BASE NA PLENÁRIA

- ✓ A Direção constituirá uma Comissão Política, para ir ao SINTESAM, e intermediar, na perspectiva da resolução do impasse.

XXIII - As Moções aprovadas na Plenária serão disponibilizadas no próximo ID.

OFÍCIO PROTOCOLADO NO MEC EM, 19.02.08
COMUNICA RESOLUÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA

OF. Nº 011/08-SEC.

Brasília, 19 de fevereiro de 2008.

Exmo. Senhor
FERNANDO HADDAD
MD. Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação
NESTA

Senhor Ministro,

A FASUBRA Sindical, em Plenária Nacional Estatutária, realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro, analisando os últimos acontecimentos da conjuntura, vem externar a sua preocupação com a credibilidade do processo negocial construído na greve de 2007 em conjunto com o Ministério da Educação e o Ministério Planejamento que resultou na construção de um Termo de Compromisso entre as partes envolvidas, que legitimou o processo negocial, inclusive com uma participação efetiva e comprometida desse ministério.

Outro elemento, que demandou um grande debate com a categoria, foi à posição apresentada pelo ministro Paulo Bernardo, em função do corte da CPMF, que ameaça o descumprimento dos Acordos firmados, a partir do resultado da reestruturação do Orçamento de 2008. Este fato deixa a categoria dos técnico-administrativos em estado de alerta contra a possibilidade de descumprimento do Termo de Compromisso.

Cabe ressaltar que os trabalhadores (as) técnico-administrativos das IFES, entendem que o debate acerca do orçamento e sua implicação com o cumprimento dos Acordos, não deve comprometer a credibilidade do processo negocial, e ainda o orçamento da Educação, que deve ser tratado de forma prioritária no investimento do estado brasileiro. Em amplo processo de mobilização a categoria entende que, as manifestações do Ministério do Planejamento, provocam uma insegurança no conjunto da categoria acerca do cumprimento do acordo, que caso venha a ocorrer comprometerá estruturalmente o funcionamento e os programas de expansão das IFE's.

Ressaltamos que o Termo de Compromisso não estava condicionado a eventuais ajustes no Orçamento.

Compreendemos que a Educação deva ter prioridade, para que o Brasil seja um país mais justo socialmente e soberano. Com este intuito, as entidades representativas do setor da Educação, envolvendo trabalhadores (as), estudantes (**UNE, UBES**) e gestores das três esferas (**Municipal, Estadual e Federal**), se manifestaram publicamente, através de Carta Aberta a Sociedade, em Defesa da manutenção do Orçamento da Educação.

Tão grave quanto o descumprimento do Termo de Acordo é a ausência do funcionamento da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira/**CNSC**, cuja última reunião se deu em dezembro/2006. A FASUBRA denuncia o esvaziamento do papel estrutural da **CNSC**, que não tem cumprido o seu papel de acompanhar, avaliar e validar os **PDIC's - Programas de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira** e os programas que neles estão contidos.

A ausência do funcionamento da **CNSC** fragiliza o funcionamento da Comissão Interna de Supervisão - **CIS** nas IFE e fere a Lei 11.091/2005 que instituiu o PCCTAE, decorrendo disto prejuízos aos trabalhadores (as). Neste sentido a Federação vem reiterar as cobranças junto a SESU/MEC quanto à apresentação de um cronograma de reuniões da **CNSC** para tratar das demandas pendentes e a imediata instalação do GT-Terceirização, já constituído através da Portaria no. **PORTARIA Nº 1.854 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**, também em cumprimento à Lei da Carreira - 11.091, e propõe o início do calendário para março próximo.

Assim, a FASUBRA Sindical vem solicitar - **em caráter de urgência** - agendamento de reunião para tratar dos assuntos elencados acima e de fatos ocorridos recentemente.

Atenciosamente,

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA
Coordenação Geral

LUIZ ANTÔNIO DE ARAUJO SILVA
Coordenação Geral

JOÃO PAULO RIBEIRO
Coordenação Geral

OFÍCIO ENCAMINHADO AOS PARLAMENTARES
COMUNICA RESOLUÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA

Senhor Parlamentar,

A FASUBRA Sindical, em Plenária Nacional Estatutária, realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro, analisando os últimos acontecimentos da Conjuntura, vem externar a sua preocupação com a credibilidade do processo negocial construído na greve de 2007 em conjunto com o Ministério da Educação e o Ministério Planejamento que resultou na construção de um Termo de Compromisso entre as partes envolvidas, que legitimou o processo negocial, inclusive com uma participação efetiva e comprometida desse ministério.

Outro elemento, que demandou um grande debate com a categoria, foi à posição apresentada pelo ministro Paulo Bernardo, em função do corte da CPMF, que ameaça o descumprimento dos Acordos firmados, a partir do resultado da reestruturação do Orçamento de 2008. Este fato deixa a categoria dos técnico-administrativos em estado de alerta contra a possibilidade de descumprimento do Termo de Compromisso.

Cabe ressaltar que os trabalhadores (as) técnico-administrativos das IFES, entendem que o debate acerca do orçamento e sua implicação com o cumprimento dos Acordos, não deve comprometer a credibilidade do processo negocial, e ainda o orçamento da Educação, que deve ser tratado de forma prioritária no investimento do estado brasileiro. Em amplo processo de mobilização a categoria entende que, as manifestações do Ministério do Planejamento, provocam uma insegurança no conjunto da categoria acerca do cumprimento do acordo, que caso venha a ocorrer comprometerá estruturalmente o funcionamento e os programas de expansão das IFE's.

Ressaltamos que o Termo de Compromisso não estava condicionado a eventuais ajustes no Orçamento.

Compreendemos que a Educação deva ter prioridade, para que o Brasil seja um país mais justo socialmente e soberano. Com este intuito, as entidades representativas do setor da Educação, envolvendo trabalhadores (as), estudantes (**UNE, UBES**) e gestores das três esferas (**Municipal, Estadual e Federal**), se manifestaram publicamente, através de Carta Aberta a Sociedade, em Defesa da manutenção do Orçamento da Educação.

Assim, deliberamos em Plenária Nacional, pela construção da Mobilização com paralisação nacional em fevereiro, nos dias 26 e 27, e disposição para deflagração de uma Greve, cuja bandeira principal é a Defesa do Cumprimento do Termo de Compromisso, respaldado pelo Instrumento Legal respectivo.

Em virtude do importante papel desenvolvido por Vossa Excelência, no processo de negociação, solicitamos uma reunião, ainda nesta semana, para tratarmos deste tema, e mais uma vez, contar com o vosso apoio na luta pela credibilidade da negociação, que necessariamente passa pelo cumprimento dos acordos firmados.

Atenciosamente,

DIREÇÃO NACIONAL FASURA SINDICAL